



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681279 - SP (2021/0225855-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : EDSON ROBERTO REIS
ADVOGADO : EDSON ROBERTO REIS - SP069568
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : AMARILDO FERREIRA DA SILVA
CORRÉU : RAFAEL DE BRITO SANTANA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AMARILDO FERREIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 1500072-93.2020.8.26.0168).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão no regime inicial semiaberto, pela prática do crime descrito no art. 129, §1º, inciso III, do Código Penal.

Alega, o impetrante, em síntese, que em razão do equívoco do juiz monocrático na quantificação da pena e fixação de regime, o ora paciente sofreu prejuízos como a falta de concessão de sursis.

Pondera que, apesar de haver diminuído a pena em 2/3, o Tribunal de Justiça erroneamente confirmou a fixação do regime semiaberto para o início do cumprimento da pena.

Argumenta que o juiz teria usado a circunstância referente à reincidência apenas para o agravamento da pena, e não para a fixação do regime, e que por isso o Tribunal a quo não deveria ter considerado este fator, uma vez que o Ministério Público não recorreu sobre tema específico.

Sustenta que, como na sentença condenatória o regime foi fixado com fundamento na quantidade da pena, e na apelação a pena foi reduzida, inexistiria justa causa para a manutenção do regime semiaberto.

Requer, liminarmente, a expedição de contramandado de prisão e no mérito, que reconhecer a nulidade da decisão, no que concerne ao regime fixado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente